

## Petróleo e Educação?

Tharciso Bierrenbach de Souza Santos<sup>1</sup>

Fomos surpreendidos, durante a semana que passou, pelas declarações de autoridades governamentais relativas a uma suposta modificação na estrutura regulatória do petróleo. A alteração consistiria da criação de uma nova empresa, 100% estatal, que participaria da exploração das aparentemente riquíssimas jazidas de petróleo recém descobertas pela Petrobrás, na chamada camada do “pré-sal”.

Trata-se de reservas localizadas na plataforma continental, em águas profundas, em uma formação geológica que, de acordo com os indícios divulgados, se estenderia do litoral do Espírito Santo até o litoral de Santa Catarina, com cerca de 800 km de extensão. Nessa formação, a companhia estatal brasileira noticiou recentemente promissoras descobertas nas áreas de Tupi e Carioca, que explora em conjunto com empresas de petróleo estrangeiras.

Ainda de acordo com as declarações divulgadas pela imprensa, o governo brasileiro estaria propenso a adotar o chamado “modelo norueguês”, em que foi criada uma empresa estatal, denominada Petroro, que é extremamente enxuta em matéria de quadros (apenas 60 funcionários). Esta empresa atua em parceria com empresas nacionais e estrangeiras na exploração do petróleo norueguês, sendo que os lucros proporcionalmente auferidos na sua operação, que corresponde a 20 ou 30% dos recursos totais requeridos para a exploração das jazidas, revertssem para um fundo soberano do governo norueguês, destinado a amparar a previdência social. No caso anunciado pelas autoridades do governo brasileiro, a destinação dos recursos acumulados pelo fundo soberano seria a educação, com a finalidade de elevar a competitividade do país e de proporcionar melhor perspectiva de vida para um grande número de brasileiros.

Ao mesmo tempo em que se deve aplaudir a decisão governamental de privilegiar a educação que, juntamente com a tecnologia, estão merecendo uma maior atenção do governo, é fundamental colocar algumas ponderações importantes.

Em primeiro lugar, deve-se chamar a atenção para o fato de que a Petrobrás tem se constituído em uma grande alavanca no processo de expansão da produção de petróleo no país, detendo o know-how e a expertise necessários para enfrentar os novos desafios de produzir a partir de jazidas localizadas em águas ainda mais profundas. Parece claro que essa produção, que vai ser demorada até que se determine com precisão quais as alternativas tecnológicas mais seguras, envolverá um montante extremamente grande de recursos e que, em consequência, será necessário contar não apenas com a experiência e o porte da Petrobrás, mas provavelmente com apoio de outras companhias petrolíferas. Assim, não

---

<sup>1</sup> Economista, Doutor em História Econômica. Vice-Diretor da Faculdade de Administração da Fundação Armando Álvares Penteado e Diretor do FAAP-MBA. E-mail: [tsantos@faap.br](mailto:tsantos@faap.br)

parece o caso de se descartar as associações entre empresas, como modelo para a exploração das novas jazidas.

Em segundo lugar, as lembranças ainda bem vivas na memória de todos, sinalizam na direção de que uma nova empresa, controlada inteiramente pelo Estado, provavelmente apresenta o grande perigo de converter-se em mais um exemplo negativo da gestão pública brasileira, transformando-se em um autêntico cabide de empregos, ideal para premiar políticos de competência duvidosa, que tenham se havido mal em eleições e com os quais o governo (qualquer governo) tenha compromissos.

Em terceiro lugar, cabe um brado de alerta na defesa da Petrobrás. Esta empresa, de classe internacional, atravessa uma excelente fase, com sensíveis aumentos de produtividade e geração de tecnologia de grande valor na exploração de petróleo em águas profundas, ainda que menos profundas que aquelas do pré-sal. Seu orçamento registra investimentos previstos de US\$ 112 bilhões, que se constituem no ponto alto do PAC, o programa de investimentos iniciado na segunda gestão do Presidente Lula. Sua atuação mobilizou investidores brasileiros e estrangeiros, captando recursos que vem permitindo esse crescimento de produção e, especialmente, a obtenção dos bons resultados em prospecção.

Modificar o marco regulatório do petróleo, criando a estatal no modelo norueguês suscita um enorme conjunto de dúvidas. Saber como ficariam os contratos em andamento é o primeiro ponto a destacar. Por outro lado, se a mudança pretendida se relaciona apenas às novas atividades que venham a ser desenvolvidas no pré-sal, de onde viriam os recursos de capital necessário para esses investimentos? Qual seria o novo papel da Petrobrás na prospecção e produção de petróleo dessas jazidas? Todas essas questões precisam de resposta, em nome da tranquilidade do mercado.